

# DIÁSPORA LUSÓFONA EM FOCO: ESCOLAS BRASILEIRAS NO JAPÃO

**PEDRO AUGUSTO ZAMBON\***

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), São Paulo, SP, Brasil.

Recebido em: 20 jan. 2020. Aprovado em: 18 abr. 2020.

Como citar este artigo: ZAMBON, P. A. Diáspora lusófona em foco: escolas brasileiras no Japão. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 20, n. 1, p. 122-138, jan./abr. 2020. doi: 10.5935/cadernosletras.v20n1p122-138

## Resumo

Este artigo, cuja temática se insere no campo dos Estudos Culturais e Lusófonos, centra-se em pesquisas acerca da presença e do desenvolvimento da língua portuguesa no espaço nipônico. Para tanto, partiu de um levantamento bibliográfico, especialmente de elementos históricos dos diversos contatos da língua portuguesa com a realidade linguística e cultural do Japão. Paralelamente, realizou-se uma pesquisa quantitativa que revelou um número crescente de universidades que possuem centros de estudos de língua e cultura dos países lusófonos, de universidades que oferecem cursos da língua portuguesa e, ainda, a forte presença de escolas brasileiras naquele contexto.

---

\* E-mail: pedro.zambon@yahoo.com

 <https://orcid.org/0000-0001-9016-7493>

## Palavras-chave

Estudos Lusófonos. Japão. Escolas brasileiras.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo trata, em seu tema principal, da relevância da presença, da difusão e do ensino de língua portuguesa no contexto da diáspora lusófona no âmbito nipo-brasileiro. Inserido no campo dos Estudos Culturais e Lusófonos, surge como uma reflexão tanto de disciplinas cursadas durante a graduação (como Sociolinguística) quanto da participação no grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Cultura e Identidade Linguística na Lusofonia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Cill/UPM).

Com ênfase no ensino da língua para descendentes de cidadãos brasileiros que emigraram para o Japão, apresentamos uma pesquisa quantitativa de escolas que aderem ao ensino da língua portuguesa, focalizando, em especial, as escolas brasileiras no Japão que tenham em sua grade curricular a língua portuguesa.

O interesse por esse tema dá-se pela quantidade cada vez maior de emigrantes brasileiros presentes no Japão, causando um fenômeno de diáspora reversa, a ser comentado adiante. Nota-se, progressivamente, o aumento da importância do idioma português como segunda língua entre a população e mesmo em documentos produzidos pelo próprio governo japonês, como se pode perceber, por exemplo, nas placas de trânsito, em avisos diversos em estabelecimentos, nos comunicados governamentais, nos alertas sobre desastres etc.

No contexto dos Estudos Lusófonos, uma área de destaque é o papel do português como língua de herança – relevante no espaço nipônico em que se verifica acentuada incidência de descendentes falantes de português. Segundo dados extraídos de Araújo e Aires (2008, p. 10), o Japão é a terceira maior colônia de luso-falantes, de diferentes nacionalidades: brasileiros, portugueses, macaenses etc. O português como língua estrangeira no contexto de língua de herança tem como fundamento a necessidade da manutenção identitária e da importância da conservação de raízes culturais, históricas e sociais do país de origem.

Nessa direção, este estudo centra-se na área dos estudos da diáspora e do português como língua de herança e tem como intuito refletir sobre a manutenção e a valorização da língua em contextos migratórios.

A metodologia utilizada neste artigo partiu de um levantamento bibliográfico, especialmente de elementos históricos dos diversos contatos da língua portuguesa com a realidade linguística e cultural do Japão. Paralelamente, realizou-se uma pesquisa quantitativa que revelou um número crescente de universidades que possuem centros de estudos de língua e cultura dos países lusófonos, de universidades que oferecem cursos da língua portuguesa e, ainda, a forte presença de escolas brasileiras naquele contexto.

Fixa-se aqui como aparato de sustentação deste trabalho, no campo da lusofonia e da identidade: Brito (2013), Brito, Bastos e Bridi (2016), Cristóvão (2005) e Lesser (2000). Para o estudo de língua portuguesa e da educação de brasileiros no Japão: Araújo e Aires (2008), Frellesvig (2010), Harada (2009), Marques (2017), Sakurai (1993), Tsuda (1999) e Utsunomiya (2011).

## LUSOFONIA

*A priori* se faz necessária uma definição de lusofonia. Em diferentes dicionários, encontrar-se-ão normalmente as seguintes definições:

- No *Michaelis dicionário brasileiro da língua portuguesa* (2015), lusofonia é “1. Uso da língua portuguesa como língua materna, como segunda língua ou como língua franca; 2. Uso da língua portuguesa no conjunto de países onde ela é a língua oficial ou a mais falada”.
- No *Dicionário Priberam da língua portuguesa* (2008-2013), o termo é definido como “1. Conjunto político-cultural dos falantes de português; 2. Divulgação da língua portuguesa no mundo; 3. Condição de lusófono”.

Pode-se dizer que o termo lusofonia tem no dicionário brasileiro duas condições: a primeira liga-se aos usuários da língua, ou seja, aos falantes de língua portuguesa; a segunda condição é mais ligada ao aspecto geográfico, ou seja, aos países em que se fala a língua portuguesa. Já o dicionário português acrescenta mais uma condição que é a divulgação e difusão da língua pelo mundo – domínio no qual podemos incluir estudos como o de língua oficial,

língua segunda, língua adicional, língua estrangeira, entre outras modalidades possíveis.

No entanto, o espaço acadêmico exige um aprofundamento teórico sobre o termo que, por si só, carrega uma carga do contexto histórico-cultural. Junto com as definições apresentadas é importante dizer que o espaço lusófono tem seu início em Portugal, com a própria constituição da nação portuguesa no século XII e que se amplia com as conquistas marítimas portuguesas iniciadas no século XV e que, do ponto de vista histórico, dá início ao domínio geográfico dos países de língua portuguesa ou de comunidades com os quais o português foi mantendo contato no mundo.

Apesar de o contexto histórico indicar que a origem da lusofonia vem naturalmente de Portugal, é importante dizer que “A ideia de Lusofonia [...] não representa qualquer tentativa utópica de recuperação de um Portugal da época dos Grandes Descobrimentos e detentor de um vasto império” (BRITO; BASTOS; BRIDI, 2016, p. 14). Sendo assim, adotamos a perspectiva de Brito (2013, p. 12) ao assinalar que “Lusofonia tem que ser um pouco de todos, por todos e para todos, sem ser, exclusivamente, de ninguém”. Para o filólogo português Fernando Cristóvão (2005, p. 652), o termo significa os “laços existentes, uns fortes outros débeis [...]” para com a comunidade de países de língua oficial portuguesa. Todavia, no presente trabalho, recorreremos ao pensamento de Cristóvão (2005) aplicando-o, genericamente, às comunidades falantes de língua portuguesa, sejam elas as que tenham a língua como herança, imigração, diáspora ou língua estrangeira e não somente como língua oficial. Essa abrangência é utilizada aqui, pois a língua portuguesa não está presente somente em países que a têm como língua oficial (cf. BRITO, 2013).

## LÍNGUA DE HERANÇA, DE IMIGRAÇÃO E DE DIÁSPORA

Os conceitos de língua de herança, língua de imigração e língua de diáspora – específicos dos domínios de sociolinguística e dos estudos voltados à didática das línguas – e aos quais recorreremos neste trabalho se sobrepõem muitas vezes. Segundo Gonçalves<sup>1</sup> (2018), língua de herança é “uma língua

<sup>1</sup> Anotações extraídas da palestra do Prof. Dr. Luis Gonçalves da Universidade de Princeton, ministrada no dia 15 de agosto de 2018, na disciplina de Educação e Linguística: Intersecções, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

minoritária aprendida por seus falantes em casa quando criança, mas nunca é totalmente desenvolvida porque seus falantes crescem com uma língua dominante na qual eles se tornam mais competentes”. Já a língua de imigração é “a língua falada pelas comunidades imigrantes. São línguas que chegaram a um país ou região há relativamente pouco tempo, ao contrário das línguas minoritárias históricas, que são faladas no país há várias gerações”. Ainda para Gonçalves, a língua de diáspora é

[...] uma ideia sociolinguística que se refere à língua falada por comunidades com raízes comuns que se dispersaram, muitas vezes globalmente. O surgimento e a evolução de uma língua de diáspora é geralmente parte de uma tentativa de manter a identidade cultural.

Compreende-se, então, que para uma língua se tornar língua de diáspora é necessário que, antes, ela seja vista como uma língua de herança e depois como uma de imigração, chegando, posteriormente, a ser língua de diáspora. Pode-se entender, desse modo, como uma divisão político-social da língua, por isso tais conceitos estão ligados diretamente ao domínio da sociolinguística.

## OS DIVERSOS CONTATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA COM O JAPÃO

Como citado, a língua portuguesa está em contato com o Japão há muito tempo, o que justifica o interesse deste estudo que investiga a presença e o crescimento da língua portuguesa naquele país.

A presença do português no Japão pode ser dividida em três movimentos históricos: 1. a chegada dos portugueses ao Japão; 2. a vinda dos nipônicos para o Brasil; e 3. o retorno dos nipo-brasileiros para o Japão.

Em 1543, pela primeira vez, o mundo ocidental entrava em contato com o Japão; os primeiros europeus a chegarem ao arquipélago nipônico foram Antônio da Mora, Antônio Peixoto e Francisco Zeimoto (FUZIL, 2004), mercadores que se encontravam em exploração dos mares da China buscando oportunidades mercantes. Apesar do grande contato português com o Oriente – por meio de Goa, Malaca e Macau (COSTA, 1993) –, aquela era a primeira vez que eles entravam em território japonês.

O primeiro lugar em que os portugueses se acercaram foi o Sul do arquipélago nipônico, na região de Tanegashima. Assim, com a entrada dos mercadores portugueses, os europeus estabeleceram com os japoneses o período que ficou conhecido como Período do Comércio Nanban (YAMASHIRO, 1989). Por causa de uma iniciativa dos jesuítas, Portugal funda um porto em Nagasaki em 1571, menos de 30 anos após os primeiros lusófonos pisarem em solo japonês.

Ressalta-se, aqui, que, após a chegada dos portugueses, foi estabelecido um comércio de escravos, em que os japoneses eram vendidos para vários países, incluindo Portugal (HOFFMAN, 2013). Esse comércio alcançou enormes proporções, como foi observado pelo rei D. Sebastião, que demonstrava receio diante da quantidade de nipônicos que chegaram a atrapalhar o proselitismo católico, já que as escravas japonesas eram compradas como concubinas pelos portugueses (WEINER, 2004). Por esse motivo, o rei proíbe em 1571 a comercialização de escravos japoneses em Portugal (NELSON, 2004).

Todavia, esse comércio persiste seja com a proibição real, seja quando, em 1587, o daimiô<sup>2</sup> Toyotomi Hideyoshi escreveu ao jesuíta Gaspar Coelho exigindo que os portugueses parassem de comprar e escravizar os japoneses e solicitando que devolvessem os escravos que acabavam de ser enviados à Índia (MORAN, 1993). Apesar desses fatos importantes, tanto do rei D. Sebastião quanto do daimiô Hideyoshi, somente em 1595 fora aprovada uma lei que proibia, definitivamente, a venda e a compra de escravos japoneses (DIAS, 2007).

A questão linguística e a força comercial foram essenciais para o sucesso das relações entre Portugal e Japão, pois os portugueses foram os primeiros a traduzir o idioma japonês para um ocidental, em obra que ficou conhecida como *Vocabulário da lingua de Iapam* ou pelo seu nome japonês *Nippo Jisho*. O dicionário foi compilado por missionários jesuítas portugueses e publicado em Nagasaki, em 1603. No ano seguinte, é publicada a primeira gramática do japonês também organizada por jesuítas e que ficou conhecida como *Arte da lingua de Iapam* ou *Nihon Daibunten*.

Outro ponto linguisticamente muito significativo é o fato de que o vocabulário japonês absorveu várias palavras de origem portuguesa. Essas palavras, em sua maior parte, referem-se aos produtos comercializados e a alguns costumes dos comerciantes portugueses.

2 “Nome dado aos senhores feudais japoneses, que perderam os seus privilégios após a revolução de 1868” (MICHAELIS DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2015).

Essas palavras continuam fazendo parte até hoje do vocabulário da língua japonesa, principalmente na região em que foi estabelecido o porto português, Nagasaki. Segundo Fonseca (1985), a língua japonesa tem atualmente cerca de 400 palavras de origem portuguesa, total que, na época do intenso comércio entre portugueses e japoneses, chegou a cerca de quatro mil palavras de origem portuguesa, sendo naquele período considerada uma forte língua de negócios, ou seja, o português era a língua utilizada em transações entre o Japão e a Europa na época.

Já o segundo contato ocorre no início do século XX, todavia, dessa vez, o encontro se deu no continente americano. A Restauração Meiji (1867-1902) fez com que a população da japonesa crescesse demograficamente de forma muito rápida, o que provocou o êxodo rural e o inchaço das áreas urbanas. O governo japonês resolveu, então, estimular a emigração como uma alternativa de curto prazo (HARADA, 2009).

Enquanto o povo japonês era incentivado a emigrar para outros países, o Brasil vivia da monocultura cafeeira e sofria, desde a abolição da escravatura, com a falta de mão de obra, e, por esse motivo, o país já estimulava a imigração, especialmente de europeus. O governo do Japão volta suas ações para a emigração para o Brasil, não só pela política de portas abertas do governo brasileiro, mas também pela restrição de entrada do povo japonês em países como Estados Unidos, Canadá e Austrália.

Em 1908, no mês de junho, o navio Kasato Maru chega ao porto de Santos com 781 imigrantes japoneses (HARADA, 2009), que iriam servir, especialmente, nas plantações no estado de São Paulo. Por causa da dificuldade de entrada dos japoneses nos países citados no parágrafo anterior, o governo nipônico instruiu que viessem para o Brasil e se convertessem ao catolicismo, pois isso facilitaria a aceitação e a adaptação deles na sociedade brasileira (ADACHI, 2004). Mesmo com todas as instruções do governo japonês, os imigrantes ainda sofreram bastante em solo brasileiro, já que viviam em condições precárias dentro das fazendas que muito se assemelhavam à escravatura.

Estima-se que, desde 1908 até o início da Segunda Guerra Mundial, cerca de 190 mil japoneses chegaram ao Brasil (WILSON, 2004). O número é grande porque os japoneses foram obrigados a constituir famílias – de forma bem artificial – para atender aos requisitos da Companhia de Imigração (SAKURAI, 1993). Nas primeiras quatro décadas, os japoneses estavam em adaptação, por meio de colônias (*shokuminchis*), e mantinham o modo de vida que tinham no Japão. *A priori*, o intuito era retornar ao país de origem.

Nas colônias estabelecidas, eram inegáveis a manutenção dos costumes e a preservação da língua japonesa. O idioma japonês aqui no Brasil nessa época tinha o contexto de uma língua de imigração, já que era falado somente em comunidades fechadas e por nikkei – indivíduos de origem japonesa e seus descendentes; mais adiante, assumiu o estatuto de língua de herança; entretanto, por conta do número de falantes e da fraca influência no país, não chegou a transformar-se em língua de diáspora. Os nikkei dessas comunidades acreditavam que isso os favorecia, todavia o povo brasileiro as via como um tipo de ameaça, como mostra o pesquisador americano Jeffrey Lesser (2000, p. 212):

Em 1933, no Brasil, duas coisas sobre o Japão eram sabidas. Uma delas era que o Trono do Crisântemo estava pondo em prática, na Ásia, suas ambições imperiais. A outra era que metade dos imigrantes que entravam no país vinha do Japão. Essas percepções despontaram ao mesmo tempo que os políticos e intelectuais que acreditavam firmemente no racionalismo científico manifestavam suas ideias nas eloquentes discussões públicas sobre o futuro do Brasil, que vieram na esteira da Assembleia Constituinte.

Após a Segunda Guerra Mundial, estima-se que mais 53 mil japoneses chegaram ao Brasil (ARAÚJO; AIRES, 2008). Nessa segunda etapa da emigração nipônica, já se verifica uma integração muito maior das comunidades japonesas com a população brasileira. Após a guerra, as comunidades tomaram consciência de que a melhor opção seria integrar-se socialmente, e, sendo assim, os pais começaram a buscar os grandes centros urbanos do país para que seus filhos pudessem ter acesso à mesma educação da elite brasileira. Com isso, o enfraquecimento das comunidades nikkei foi ocorrendo cada vez mais rapidamente, fazendo com que logo elas passassem a ser apenas de filhos de japoneses e não mais constituídas pelos imigrantes que vieram diretamente do Japão (HARADA, 2009).

A partir da segunda e terceira gerações de nipo-brasileiros, os trabalhos já se tornavam menos manuais, ou seja, os nikkei estavam na política brasileira, no meio acadêmico e nas grandes empresas, tornando-se, assim, parte importante da elite do Brasil. Em 2002, os nikkei representavam 1% da população total do Brasil (SASAKI, 2008). Por esse motivo, hoje o Brasil concentra a maior presença de descendentes de japoneses fora do solo nipônico.

A presença da língua japonesa no Brasil fez com que muitos termos se popularizassem com o passar do tempo, principalmente nos meios nos quais os

primeiros nikkei trabalhavam, ou seja, no ambiente agrícola. Atualmente, por causa da potência em que se tornou o Japão, temos uma presença cultural muito forte em vários domínios.

Já o terceiro momento de aproximação entre as línguas ocorre nos anos 1980, quando a situação socioeconômica do Brasil se agravou profundamente, beirando um caos econômico. Com isso, a situação de diáspora se inverte, ou seja, os brasileiros – principalmente os nikkei – desejavam imigrar para o Japão, que na época promovia um movimento positivo, já que o país carecia de mão de obra, especialmente não qualificada. O principal motivo dessa escassez de trabalhadores não qualificados era que os jovens japoneses haviam atingido um nível de educação que consideravam trabalhos manuais menos dignos (TSUDA, 1999). Assim, existia uma quantidade enorme de vagas no país que os japoneses eram incapazes de suprir.

Unindo esses fatores, os nipo-brasileiros começaram a emigrar para o Japão a fim de evitar a crise e os efeitos da recessão, como explica Tsuda (1999, p. 692, tradução nossa), “embora os nipo-brasileiros sejam geralmente de classe média no Brasil, a maioria deles ganha de cinco a dez vezes o salário de seus trabalhos no Brasil como operários não qualificados no Japão”. Com a crescente procura pelo Japão, várias empresas começaram a explorar essa nova classe social, como empreiteiras que intermediavam os contratos entre as duas partes. Nos anos 1990, o ato de imigração do Japão é todo revisto para facilitar a entrada dos nikkei.

Após a revisão da Lei de Imigração, os descendentes de japoneses que chegavam ao solo japonês buscavam sempre regiões que apresentavam alta incidência de empresas e fábricas. Novamente, temos imigrantes buscando uma melhoria no seu poder econômico para no futuro regressarem ao país de origem; com isso, vemos a formação de diversas comunidades de brasileiros, que muitas vezes não aprendem a língua japonesa (TSUDA, 1999). Todavia, na realidade, vemos que o regresso à terra natal não acontece, ou, quando acontece, a maioria dos nikkei não se acostuma mais com o tipo de vida do Brasil.

Assim, quando muitos brasileiros começaram a perceber que a possibilidade de regresso era baixa, começaram a investir na sua qualidade de vida no Japão. Desse modo, começaram a assimilar os costumes, a aprender a língua, a diminuir as jornadas de trabalho e, ainda, a ter um envolvimento sociocultural muito maior com os nipônicos (YANAZE, 2002).

No entanto, a adaptação dos nikkei à realidade japonesa não é algo fácil, como esclarece Marques (2017, p. 17):

As diferenças culturais entre o Japão e o Brasil são demasiado díspares para permitir uma integração fluída, desde a barreira linguística até à postura corporal. Apesar de os nikkei apresentarem um fenótipo japonês, por dentro são brasileiros. A juntar à sua “brasilidade”, o facto de ocuparem uma posição relativamente baixa na sociedade receptora, e um elevado sentimento de pureza étnica por parte dos japoneses, [...] muitas vezes se tornam vítimas de preconceito.

Dentro das comunidades de nipo-brasileiros, notou-se o surgimento do fenómeno linguístico de alternância de código linguístico ou *code switching* – que consiste no facto de o falante utilizar palavras de duas ou mais línguas ao mesmo tempo. Nas palavras de Lima (2007), trata-se de “um tipo de acomodação linguística ao interlocutor, por assim dizer”. Para Dias (2015), o léxico do *code switching* entre o japonês e o português apresenta duas categorias: 1. empréstimos de palavras do japonês, palavras usadas no quotidiano e no trabalho; e 2. palavras japonesas que são aportuguesadas. A autora assinala que

[...] não pode ser confundido com a linguagem usada por algumas crianças e/ou adolescentes que não dominam nem o japonês nem o português e que, pela falta de conhecimento de vocabulário e estruturas linguísticas necessárias para se expressar num só idioma, usam palavras das duas línguas para completar ou complementar o que querem falar (DIAS, 2015, p. 86).

Nota-se que a língua portuguesa levada pelos brasileiros ao Japão, inicialmente, deu-se da mesma forma que ocorreu com a presença da língua japonesa no Brasil, no início do século XX. Todavia, por causa do número muito grande de brasileiros que emigraram para o solo nipônico, parece que a língua portuguesa passou a ter presença significativa, como se observa em avisos escritos em japonês e português em estabelecimentos, placas de trânsito e instruções sobre procedimentos em caso de desastre natural.

Cumprе ressaltar que, segundo os autores Reto, Esperança e Machado (2018), a língua portuguesa é uma das dez mais faladas no mundo, o que confere a ela o estatuto de língua global. Os autores ainda indicam que “A estimativa do número de falantes varia com as fontes e os especialistas, mas, em qualquer caso, ele aparece sempre entre as seis primeiras línguas” (RETO; ESPERANÇA; MACHADO, 2018, p. 52). Levando esse dado em consideração, um dos temas importantes do domínio das políticas linguísticas é o estudo

da forma como a língua é ensinada e estruturada em outros países – no caso deste trabalho, o ensino do português no Japão.

A importância principal do aprendizado do português para os nativos japoneses está no fato de o idioma ser usado para negócios – fator que tem se intensificado nos últimos anos. Já em 2013, por exemplo, o jornal alemão *Deutsche Welle* discorreu sobre o fato de o Japão ter um interesse econômico muito grande principalmente nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (BICHO, 2013). Por esse motivo, percebe-se já em curso um incentivo do governo japonês ao aprendizado da língua portuguesa.

Vale ressaltar que, atualmente, a única língua que se faz presente no ensino básico japonês é a língua inglesa. Pode-se dizer que isso ocorre pelo fato de a língua, reconhecidamente global, ser há muito tempo utilizada em negociações no mundo todo. No entanto, o interesse japonês em investir nos países de língua portuguesa (sobretudo Angola e Moçambique) tem sinalizado para uma valorização da expressão em língua portuguesa no país.

Vale lembrar ainda que o português vem crescendo e mostrando sua importância na comunidade nipo-brasileira, em especial pelo uso cotidiano da língua em várias cidades do Japão.

Como mencionado, a única língua a ter uma representatividade grande no ensino pré-universitário no Japão é o inglês, todavia, no ensino universitário, temos várias línguas sendo ofertadas, sendo o português uma dessas outras línguas de interesse.

## LÍNGUA PORTUGUESA E A EDUCAÇÃO NO JAPÃO

Segundo dados de 2019 da embaixada brasileira no Japão, existem seis universidades que possuem um Departamento de Estudos Luso-Brasileiros, não só com o ensino de língua portuguesa, mas também com o ensino de história e cultura.

É importante destacar que as universidades em que se percebe a presença da língua portuguesa estão presentes em cidades grandes, como a capital Tóquio, e em outras cidades de grande relevância, como Osaka e Quioto.

Segundo Rocha (2013), nessas universidades existem cerca de 52 professores de nacionalidade japonesa, 19 professores brasileiros e três de nacionali-

dade portuguesa. Ainda é válido dizer que, graças ao aumento dos nipo-brasileiros em solo nipônico, temos uma maioria de brasileiros, se comparado aos docentes portugueses, lecionando as disciplinas de língua portuguesa.

Um problema que era frequentemente apontado por professores que lecionavam nesses cursos é o fato da desinformação acerca da cultura dos países lusófonos. O professor Kono (*apud* ROCHA, 2013, p. 27), da Universidade de Quioto, afirmou em depoimento de 1998: “Antes de mais nada, deve-se salientar que na formação intelectual dos alunos japoneses até o momento da matrícula, a informação sobre o Brasil e/ou Portugal é lamentavelmente escassa”.

Atualmente, tem sido verificado o crescimento das escolas brasileiras no Japão; nelas, as comunidades nipo-brasileiras não deixam de ensinar a cultura de seu país de origem, disseminando aspectos da cultura brasileira no âmbito da comunidade nipônica.

Como já mencionado, no Japão temos um interessante fenômeno que está cada vez mais comum dentro da comunidade nipo-brasileira: a presença de escolas brasileiras. O Ministério da Educação (MEC) tem homologado, continuamente, desde os anos 2000, escolas que adotam o método de ensino brasileiro no Japão.

Essas instituições ficam, geralmente, em áreas que possuem grande concentração de decasséguis brasileiros, tendo por função principal atender a essa demanda e constituindo-se como uma forma de facilitar um possível regresso dos alunos ao Brasil. Em escolas como essas, as matérias são as mesmas que aprenderiam no Brasil e são lecionadas em português. Essa relevância atribuída ao uso da língua portuguesa nessas comunidades nipo-brasileiras no Japão, segundo Utsunomiya (2011), tem, sobretudo, uma função de “elemento agregador de construção identitária”.

No entanto, as escolas brasileiras em solo nipônico não têm só como função facilitar o retorno, mas também buscam introduzir a criança nikkei na sociedade em que vive; por isso, além das aulas ministradas em português, os alunos assistem a aulas de língua japonesa e desenvolvem atividades extracurriculares que incentivam a participação e a integração deles na sociedade japonesa.

Segundo os dados da embaixada do Brasil no Japão, temos hoje 39 escolas homologadas e distribuídas pelo Japão. Além dessas, outras 12 estão em processo homologatório.

Como mencionado, quanto mais brasileiros temos em determinada localidade, maior é o número de escolas que oferecem o ensino nos moldes do Brasil. Podemos notar que as prefeituras de Shizuoka e Aichi concentram a maior parte das escolas, e isso se dá pelo grande volume de brasileiros. Por exemplo, na cidade de Hamamatsu, na prefeitura de Shizuoka, segundo dados do Ministério da Justiça do Japão, vivem cerca de 9.203 brasileiros – um número muito significativo naquele contexto.

## PARA FINALIZAR

Este artigo possibilitou mostrar, ainda que preliminarmente, a presença da língua portuguesa no Japão, desde o século XIV até os dias de hoje – procurando destacar uma vertente promissora para trabalhos futuros no âmbito dos Estudos Lusófonos, particularmente nos domínios que se dedicam ao português como língua de herança ou de diáspora.

Pareceu-nos significativo verificar o percurso histórico que marcou os contatos de um idioma com o outro, destacando o papel importante da língua portuguesa no contexto desses contatos, em especial por questões de econômicas. Já o primeiro contato com o português assumiu a característica de negócios, pois o português funcionava como a língua de comércio entre o arquipélago e o mundo ocidental. Já no segundo momento, a língua portuguesa foi utilizada pelos nikkei que vieram para o Brasil como um meio de inserção social. Atualmente, os nipo-brasileiros que seguiram para o Japão buscam a língua como um fator de manutenção cultural.

Além disso, é importante observar, nesta oportunidade, a presença de escolas brasileiras em solo nipônico, demonstrando que o número de usuários de português no Japão tem tendência a crescer, já que, como é possível notar na pesquisa, existem várias homologações de escolas acontecendo desde os anos 2000.

Entendemos este artigo como uma reflexão preliminar para pesquisas futuras, em que merecerão investigação aprofundada, por exemplo, questões identitárias, linguísticas e históricas da presença da língua portuguesa no contexto social do imigrante brasileiro e do nipo-brasileiro no Japão.

# Lusophone diaspora on focus: Brazilian's schools in Japan

## Abstract

This article, whose theme is inserted in the field of Cultural Studies and Lusophone, focuses on research on the presence and development of the Portuguese language in the Japanese space. To do so, it started from a bibliographical survey, especially of historical elements of the various contacts of the Portuguese language with the linguistic and cultural reality of Japan. In parallel, quantitative research was conducted that revealed a growing number of universities that have a language study center and culture of Portuguese-speaking countries, universities offering Portuguese language courses, and the strong presence of Brazilian schools in that context.

## Keywords

Lusophone Studies. Japan. Brazilian's school.

## REFERÊNCIAS

ADACHI, N. Japonês: a marker of social class or a key term in the discourse of race? *Latin American Perspectives*, v. 31, n. 3, p. 48-76. doi: 10.1177/0094582x04264490.

ARAÚJO, G. A. de; AIRES, P. (org.). *A língua portuguesa no Japão*. São Paulo: Paulistana, 2008. 90 p.

BICHO, F. Japão e governos africanos empenhados em cooperar no desenvolvimento de África. *Deutsche Welle*, Lisboa, 3 jun. 2013. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/jap%C3%A3o-e-governos-africanos-empenhados-em-cooperar-no-desenvolvimento-de-%C3%A1frica/a-16856515>. Acesso em: 19 dez. 2019.

BRASIL. Embaixada do Brasil em Tóquio. Ministério das Relações Exteriores. Escolas em processo de homologação. 2018. Disponível em: <http://toquio.itamaraty.gov.br/pt-br/educacao.xml>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. Embaixada do Brasil em Tóquio. Ministério das Relações Exteriores. Escolas homologadas. 2018. Disponível em: <http://toquio.itamaraty.gov.br/ptbr/educacao.xml>. Acesso em: 18 dez. 2019.

BRASIL. Embaixada do Brasil em Tóquio. Ministério das Relações Exteriores. Língua portuguesa no Japão. 2018. Disponível em: [http://toquio.itamaraty.gov.br/pt-br/lingua\\_portuguesa\\_no\\_japao.xml](http://toquio.itamaraty.gov.br/pt-br/lingua_portuguesa_no_japao.xml). Acesso em: 15 dez. 2019.

BRITO, R. H. P. de. *Língua e identidade no universo da lusofonia: aspectos de Timor-Leste e Moçambique*. São Paulo: Terracota, 2013. (Coleção Lusofonia).

BRITO, R. H. P. de; BASTOS, N. B.; BRIDI, M. V. (org.). *Estudos Lusófonos: múltiplos olhares*. São Paulo: Terracota, 2016. (Coleção Lusofonia).

COSTA, J. P. O. e (ed.). *Portugal and the Japan: The Namban Century*. Lisboa: Casa da Moeda, 1993.

CRISTÓVÃO, F. Lusofonia. In: AMORIM, M. A.; MARQUES, M. L. G. *Dicionário temático da lusofonia*. Lisboa: Aclus, 2005, p. 652.

DIAS, M. S. F. (ed.). *Legacies of slavery: comparative perspectives*. New Castle: Cambridge Scholars, 2007.

DIAS, N. Dekasseguês: um português diferente? Variações linguísticas e interculturalidade nas migrações contemporâneas dentro do sistema-mundo moderno. *Horizontes Decoloniales*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 62-101, jun. 2015. Disponível em: <http://horizontesdecoloniales.gemrip.org/wpcontent/uploads/2015/09/4%20Dias%20%282015%29%20-%20Dekassegues.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

DICIONÁRIO Priberam da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2008-2013. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/Lusofonia>. Acesso em: 15 out. 2019.

FONSECA, F. V. P. da. *O português entre as línguas do mundo*. São Paulo: Almedina, 1985.

FRELLESVIG, B. *A history of the Japanese language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FUZII, E. O. Uma síntese da influência da cultura lusíada no Japão. *Signum: Estudos da Linguagem*, v. 7, n. 2, p. 13-25, 15 dez. 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3901/3134>. Acesso em: 20 dez. 2019.

HAMAMATSU mantém posição de cidade com maior número de brasileiros, mostra censo. Alternativa Online, 13 abr. 2016. Disponível em: <http://www.alternativa.co.jp/Noticia/View/56210/Hamamatsu-mantem-posicao-decidade-com-maior-numero-de-brasileiros-mostra-censo>. Acesso em: 15 dez. 2019.

HARADA, K. (coord.). *O nikkei no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2009.

HOFFMAN, M. *The rarely, if ever, told story of Japanese sold as slaves by Portuguese traders*. 2013. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/culture/2013/05/26/books/book-reviews/the-rarely-if-ever-told-story-of-japanese-sold-as-slaves-by-portuguese-traders/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

LESSER, J. *A negociação da identidade nacional*. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LIMA, D. C. de. Alternância de código linguístico no cotidiano de um lar. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 46, n. 2, p. 233-245, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010318132007000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010318132007000200007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 dez. 2019.

MARQUES, I. P. da S. M. S. *O espaço do português no Japão: presença, evolução e futuro da língua portuguesa no Estado nipônico*. 2017. 74 f. Dissertação (Mestrado em Português como Língua Segunda e Estrangeira) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2017.

MICHAELIS dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramento, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca>. Acesso em: 6 dez. 2019.

MORAN, J. F. *The Japanese and the Jesuits: Alessandro Valignano in Sixteenth Century Japan*. London: Routledge, 1993.

NELSON, T. Slavery in medieval Japan. *Monumenta Nipponica*, v. 59, n. 4, p. 463-492, 2004. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/25066328?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/25066328?seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 6 out. 2018.

PORTUGAL. Embaixada de Portugal em Tóquio. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Português no Japão. 2016. Disponível em: <http://embaixadadeportugal.jp/pt/lingua-portuguesa/portugues-no-japao/>. Acesso em: 6 nov. 2019.

RETO, L.; ESPERANÇA, J. P.; MACHADO, F. L. *Novo atlas da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2018.

ROCHA, Í. D. A. A. *Português para alunos japoneses: propostas didáticas*. 2013. 60 f. Dissertação (Mestrado e Português como Língua Segunda e Estrangeira) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/10243/1/Iris%20%20DISSERTA%C3%87AO.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SAKURAI, C. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Sumaré, 1993.

SASAKI, K. Between emigration and immigration: Japanese emigrants to Brazil and their descendants in Japan. *Transnational Migration in East Asia – Senri Ethnological Reports*, v. 77, p. 53-66, 2008.

TSUDA, T. The permanence of “temporary” migration: the “structural embeddedness” of Japanese-Brazilian immigrant workers in Japan. *The Journal of Asian Studies*, v. 58, n. 3, p. 687-722, Aug. 1999. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/2659116?orig\\_in=crossref&seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2659116?orig_in=crossref&seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 15 dez. 2019.

UTSUNOMIYA, F. I. Brasileiros de olhos puxados em terras japonesas: a língua portuguesa como fator constitutivo de uma brasilidade Nikkei. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 11, n. 2, p. 1-12, dez. 2011. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/view/9549/5856>. Acesso em: 16 dez. 2019.

WEINER, M. (ed.). *Race, ethnicity and migration in modern Japan: imagined and imaginary minorities*. London: Routledge Curzon, 2004. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=4z\\_JJfGhyYC&pg=PA408&dq=japanese+slaves+portuguese&hl=en&sa=X&ei=xYcVU5uJN5GU0gGF44H4Bw&redir\\_esc=y#v=onepage&q=japanese%20slaves%20portuguese&f=false](https://books.google.com.br/books?id=4z_JJfGhyYC&pg=PA408&dq=japanese+slaves+portuguese&hl=en&sa=X&ei=xYcVU5uJN5GU0gGF44H4Bw&redir_esc=y#v=onepage&q=japanese%20slaves%20portuguese&f=false). Acesso em: 6 dez. 2019.

WILSON, T. D. Introduction. *Latin American Perspectives*, v. 31, n. 3, p. 3-17, May 2004. doi: 10.1177/0094582x04264494.

YAMASHIRO, J. *Choque luso no Japão dos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Ibrasa, 1989.

YANAZE, M. H. O mercado “dekassegui” brasileiro no Japão. In: PELLEGRINI FILHO, A.; YANAZE, M. H. *Encontros culturais: Portugal-Japão-Brasil*. Barueri: Manole, 2002. p. 123-142.